

Actas
do
XX Encontro Nacional
da Associação Portuguesa de Linguística

(Lisboa, 13, 14 e 15 de Outubro de 2004)

Organização
Inês Duarte
Isabel Leiria

Lisboa
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA
2005

Título	<i>Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística</i>
Organização	Inês Duarte e Isabel Leiria
Execução gráfica	Colibri Artes Gráficas
Depósito legal n.º	170 391/01
Tiragem	500 exemplares
Lisboa	Setembro de 2005

Supressão e fusão de sons na língua falada

Maria Augusta Cavaco Miguel
Universidade dos Açores

1. A língua e o uso

Para analisarmos o uso da língua temos inevitavelmente que retomar o conceito saussuriano de fala. *Grosso modo*, Saussure define a fala como sendo um produto individual que faz parte da linguagem. Ao defini-la assim Saussure reconhece que, sendo a fala um acto individual, esta está sujeita a inúmeros factores de variação, o que torna a sua representação arriscada no âmbito de uma gramática. Talvez por isso tenha sentido a necessidade de basear a sua discussão em algo mais sustentado, aquilo que designa por língua. Contudo, quando Saussure se refere à língua como sendo “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, ou mais exactamente nos cérebros de um conjunto de indivíduos; porque a língua não está completa em nenhum, não existe perfeitamente senão na massa” (1978: 40-41), mostra ter consciência do abstracto que é aquilo que designa por língua. E, mesmo quando língua e fala tenham um denominador comum, os contornos desse denominador não são fáceis de captar. É preciso ter em consideração que, sendo a fala um acto individual, há uma variedade expressa em cada enunciado que acumula os traços de um determinado dialecto, que se pauta por regras específicas que o distinguem dos outros dialectos dentro da própria língua, à qual se somam características sociais e individuais. Mesmo assim, é com base nestes dados flutuantes que leva a cabo uma análise gramatical.

Apesar de ter lançado um outro conceito inovador para explicar os factos linguísticos – a sincronia – Saussure reconhece que a língua falada pelos membros de uma determinada comunidade linguística não é uniforme e que a sincronia é apenas relativa. É claro que nenhuma destas imprecisões iria invalidar o tremendo impacto dos conceitos saussurianos na teoria linguística do século passado. Temos que reconhecer que, a partir de então, as gramáticas tiveram um desenvolvimento sempre crescente no relativo à descrição da língua. Outro tanto não se poderá dizer da fala, visto que esta não sofreu um desenvolvimento paralelo, apesar do discurso ser um dos aspectos mais importantes da linguagem.

A gramática da fala não parece reunir consensos e o seu enquadramento nas gramáticas das línguas está longe de ser atingido, pese embora alguns esforços demonstrados em trabalhos mais recentes (cf. Bybee, 2001), os quais têm vindo a evidenciar a importância inalienável do estudo deste nível das línguas na componente gramatical.

2. Variedades e adequação

A fala é o veículo principal da comunicação humana. Para falar, precisamos de dominar não só de dominar as regras gramaticais mas também as regras sociais que governam o uso da língua, de forma a adequarmos o nosso discurso a cada situação. É o que fazemos em cada acto de fala, com o benefício da nossa competência comunicativa. Cabe a cada indivíduo, em cada dialecto e em cada nível social, decidir, de entre a oferta linguística ao seu dispor, que escolhas se apresentam como sendo as mais adequadas.

A relação que existe entre um locutor e o seu interlocutor governa a atitude dos falantes. É preciso saber quando e onde usar uma certa terminologia, conhecer as formas educadas de nos dirigirmos aos outros e dominar as diversas manifestações de fala nos diversos contextos da nossa vida em sociedade¹. Por exemplo, o discurso entre indivíduos de estatuto diferente ou de diferentes idades tende a ser menos descontraído e mais formal do que aquele que se estabelece entre pessoas socialmente mais niveladas. A forma como nos dirigimos a outra pessoa resulta desse reconhecimento bem como da intimidade que existe entre nós e essa pessoa. As formas de tratamento em português são disso um bom exemplo.

A versatilidade da fala é bem visível quando adequamos o nosso estilo ao contexto específico em que nos encontramos e falamos segundo as expectativas dos nossos ouvintes. Isto aplica-se em todos os dialectos e em todas as variedades sociais. Deparamo-nos com um leque de variedades estilísticas que vão do *formal* ao *familiar*².

Um outro nível de dificuldade para a descrição linguística advém do facto de as atitudes entre os falantes se irem modificando com o tempo. No passado, o falante com o estatuto inferior usava uma forma delicada e respeitosa para se dirigir a um locutor de classe mais elevada; um jovem faria o mesmo com uma pessoa mais velha. Nos dias de hoje, observa-se, cada vez mais, uma maior reciprocidade na forma como as pessoas se dirigem umas às outras, talvez como prova de solidariedade entre os falantes, sem a sobreposição, por via linguística, do *ranking* social de cada um.

Mas não obstante todas as variedades existentes numa determinada língua, constata-se que a inter-actividade linguística ultrapassa as barreiras de qualquer grupo. Numa sociedade global, a interpenetração linguística é constante. Os indivíduos de um determinado grupo social inter-relacionam-se tanto com os indivíduos do seu próprio grupo como também com os indivíduos dos outros grupos sociais. Para o fazerem, usam uma variedade que permite estabelecer uma comunicação intergrupos, isto é, uma *variedade veicular* (cf. Garmadi, 1983). Esta *variedade veicular*, *língua corrente*, *língua de uso* ou *língua comum cultivada* é uma forma supra-regional e supra-social; uma forma que, segundo Garmadi (1983), tende para a variedade qualificada de erudita sem que se confunda necessariamente com ela. (v. p. 49). É uma variedade de largo espectro, cuja importância lhe advém do facto de ser nela que se expressam os grupos sociais dominantes, na expressão oral do quotidiano.

¹ Segundo Fishman (1972:37) estas regras são um conjunto de direitos e de obrigações entre os membros de um sistema sócio-cultural que são implicitamente reconhecidas e aceites por todos.

² Cf. Chambers e Trudgill (1980) para uma distinção entre "formal style" e "casual style".

Mas, esta noção não corresponde exactamente à ideia que temos de norma culta, um conceito mais abstracto, como iremos ver seguidamente

3. Norma culta

De um modo geral, entende-se por *norma culta* a variedade que esperamos ouvir na fala das pessoas a quem reconhecemos cultura, naqueles a quem atribuímos responsabilidades políticas e nos meios de comunicação social³. Tratando-se do dialecto de maior prestígio, a norma culta ou norma padrão é o “ideal linguístico de uma comunidade” (Cunha & Cintra, 1984:2) e é, simultaneamente, o modelo linguístico de uma língua. É um ideal linguístico na medida em que, sendo a variedade falada pelas classes dominantes, constitui uma referência; é a identificação com aqueles que consideramos mais cultos e que se expressam com um maior grau de correcção linguística. É um modelo, porque tem um carácter normativo em relação aos dialectos.

Teoricamente, a norma culta ou língua padrão é uma variedade entre outras variedades. É tão-somente um dialecto que se impôs na própria língua como sendo o mais prestigiado e que foi sendo registado na forma escrita. A imposição desta variedade no ensino também contribuiu para a sua normalização e para a estabilização da própria língua. Relativamente à norma culta portuguesa, Mário Vilela (1999:30) refere que “A norma é o resultado do fixado historicamente pelo uso [...]”. Por seu lado, Peres & Móia (1995:39) afirmam que “[...] para além da tradição histórica de opção pela variante linguística sustentada pelos grupos mais letrados de um espaço linguisticamente diversificado segundo parâmetros geográficos e sócio-culturais, emerge como aceitável uma razão de grande peso que tem a ver com o património cultural escrito”.

Com base neste património cultural escrito em que assenta a norma, as gramáticas apresentam-se rigorosas e prescritivas para com a escrita. A linguagem culta pauta-se por modelos de correcção que norteiam o ensino e a boa aplicação quer seja a nível gramatical quer seja a nível de estilo. A escola tem um papel normativo que todos reconhecemos. Os desvios à norma são um indicador de falta de escolaridade, só sendo tolerados quando devidamente contextualizados.

No que concerne à fala, há ainda um grande consenso entre os gramáticos relativamente ao dialecto em que assenta a norma padrão portuguesa. De um modo geral, todos comungam da ideia de que a norma coincide com os dialectos falados em Lisboa e Coimbra isto é, a *variante central*, como Peres e Móia (1995) a designam.

É claro que é nesta zona geográfica que residem os órgãos de poder nacional e, tradicionalmente, as universidades. Não surpreende, portanto, que esta seja a zona indicada como sendo a mais prestigiada linguisticamente. No entanto, dizer-se que a norma corresponde à variedade falada em Lisboa e Coimbra é qualquer coisa de muito vago visto existir uma panóplia de variações num único dialecto. A afirmação de Cunha

³ Relativamente aos meios de comunicação social, gostaria de lembrar que existe um “BBC English”, o que é um indicador da importância dos “media” na difusão de uma variedade.

e Cintra (1984:8) de que “A norma pode variar no seio de uma mesma comunidade linguística” é, afinal de contas, mais coerente com os factos linguísticos.

A norma é um modelo de correcção e de aceitabilidade, o que lhe confere um carácter virtual. Daqui decorre a *relatividade da norma* de que nos fala Vilela (1999). São os ouvintes/falantes que distinguem aquilo que consideram correcto daquilo que consideram incorrecto e aquilo que consideram tolerável daquilo que consideram inadmissível. Assim, o que se aceita em dadas circunstâncias não se aceita noutras. Ou seja, existe uma margem de variação no uso da língua que não implica desvios à norma. Peres e Móia (1995) dizem a esse respeito que, o “desvio linguístico – ou erro, ou anomalia, ou irregularidade [...] nada tem a ver com alternativas fonéticas, lexicais ou sintácticas [...]” p.40.

A língua falada numa determinada variedade, mesmo que se trate da norma, não é homogénea. Convém, por isso, distinguir o coloquialismo e a variedade popular (variedade linguística não normalizada, diferenciada socialmente) da língua comum. As variações no uso da linguagem no âmbito da norma culta não são equivalentes a variações de natureza social. Os diversos registos vão do formal ao informal, passando pelo coloquial e pelo familiar. O falante muda o seu estilo consoante as circunstâncias discursivas (cf. Chambers & Trudgill, 1980); a norma culta não exige constantemente do locutor um estilo formal.

A língua falada num registo coloquial é mais espontânea e menos cuidada mas só os falantes, últimos avaliadores da aceitabilidade de um determinado discurso, poderão saber se há, num momento dado, infracções à norma. Por essa razão, a noção de Gamardi (1983) de uma *variedade veicular* apresenta-se mais prática para descrever a realidade linguística do dia-a-dia.

Na variedade veicular somos breves e concisos, o que não implica um desvio da utópica norma. Cortamos nas palavras e nos sons. Cingimo-nos a enviar a mensagem de forma clara e precisa, sem fazer uso de todos os recursos de que a língua dispõe. A língua falada apresenta constantes supressões e fusões de sons, sobretudo de vogais, que podem ser registados no discurso ao mais alto nível de produção verbal, tanto no plano social como no plano contextual, com a plena aceitação dos falantes da língua portuguesa.

O que importa salientar é que na gramática da comunicação oral do português europeu existem supressões e fusões vocálicas padronizadas, as quais obedecem a regras específicas que ocorrem transversalmente em todos os dialectos e em qualquer situação de fala, o que constitui uma das suas características fonológicas e nunca um desvio da norma.

4. Supressões

As supressões vocálicas na variedade veicular portuguesa são uma constante e podem ser facilmente observadas na fala devido à sua quantidade e à regularidade com que ocorrem. À excepção das vogais [a] e [ɐ], todas as vogais portuguesas podem ser apagadas na variante culta portuguesa, desde que obedeam às condições gramaticais para que tal aconteça; isto é, o “Princípio das Categorias Vazias” (PCV) – um dos

Princípios mais importantes do modelo gramatical de Regência e Ligação – e o “Princípio do Contorno Obrigatório” (PCO). Observações aturadas revelaram que as supressões vocálicas não são aleatórias; os Princípios universais e os Parâmetros fonológicos do português europeu restringem o seu apagamento (cf. Miguel, 1993).

A vogal [i] é apagada sempre que estiver a ser regida por um núcleo à sua direita. Como resultado da aplicação deste Princípio, dá-se a supressão da vogal em palavras como: t(e)cido, c(e)bola, dif(e)rente, p(e)rigoso, qu(e)rido, d(e)stino, fôl(e)go, óp(e)ra, etc.

Por seu lado, a vogal [i] é apagada sempre que existir uma outra vogal [i] num núcleo adjacente à sua direita, que obedeça às condições de regência. Como resultado temos as formas fem(i)nino, m(i)nistro, med(i)cina, m(i)litar, l(i)xívia, ed(i)fício, d(i)strito, pr(i)vilégio, p(i)scina etc., as quais apresentam o apagamento sistemático de um dos seus *is*⁴.

A vogal [i] é ainda suprimida pela simples acção do (PCO) em palavras como d(i)stinção, p(i)jama, d(i)nheiro e sempre que a vogal [i] se encontre estritamente adjacente a uma palatal, à sua direita.

Pelas mesmas razões epistemológicas que levam ao apagamento da vogal [i] dá-se o apagamento da vogal [u]. Assim, palavras como ab(o)toar, c(o)ruja, c(o)luna, abs(o)lutamente, f(o)tografia, capít(u)lo, cálc(u)lo, diál(o)go, filós(o)fo, fósfo(ro) etc. sofrem o apagamento de um dos seus *us* quando estes ocorrem nas condições fonológicas adequadas.

A interpretação fonética destas e de todas as palavras que obedeçam aos mesmos Princípios, com a consequente supressão vocálica, não constitui infracção à norma já que qualquer falante culto de qualquer variedade portuguesa fará as mesmas supressões independentemente da situação de fala.

As supressões vocálicas estão estabilizadas no nosso sistema linguístico e são aceites pelos falantes, posto que é comum fazer uso destas formas sincopadas em situações formais, com a total aceitação por parte dos ouvintes. Contrariamente, a não observação das supressões vocálicas presta-se a outro tipo de interpretação como seja “ênfatisar”. Palavras como *ministro*, *vizinho*, *visibilidade*, por exemplo, quando pronunciadas num esforço de correcção, com o batimento de todos os *is*, têm uma “fonética de leitura”. As formas reduzidas destas palavras são utilizadas pelos falantes cultos, mesmo em situações formais. Daí que a supressão vocálica estabilizada e sujeita a regras faça parte da norma culta portuguesa e, por inerência, faça também parte da gramática da comunicação oral do Português europeu.

A aceitação que fazemos da pronúncia atrás mencionada contrasta com a nossa intolerância para com determinado tipo de linguagem em que também ocorrem supressões fonéticas de segmentos.

Nos meios de comunicação social, por exemplo, como sejam a rádio e a televisão, onde esperamos ouvir a variedade normalizada, soa deslocado e demasiado familiar a

⁴ Estas supressões podem ser inclusivamente notadas em erros ortográficos banais tais como, “destinção”, “afenidade”, “femenino”, “defenir” e “destinto”, “destrito”, etc., os quais são muito comuns na nossa comunidade universitária. Ao não ser pronunciada a vogal /i/, o núcleo é preenchido com a vogal /e/.

pronúncia “*tamém*” em vez de *também*, “*muntafeio*” em vez de *muito feio*, “*nã*” em vez de *não*, etc. (a não ser que estas formas estejam devidamente contextualizadas ou que se queira imprimir alguma irreverência no discurso). De igual modo, não é agradável ouvir uma variante regional num profissional da comunicação social (pese embora a aceitação crescente que se tem vindo a dar aos dialectos regionais). Neste contexto, exige-se a variante que é comumente aceite como sendo a normalizada ou *standard* e um estilo elegante, em que todos os falantes da língua se revejam.

5. Contracção e fusão de sons adjacentes

De um modo geral, nas variedades informais das línguas registam-se, para além das supressões de sons, contracções, abreviações e todo o género de encurtamentos que tornam a fala mais breve do que a escrita.

Embora em menor escala do que nas supressões, as amálgamas e a fusão de algumas vogais em fronteira de palavra são uma constante no discurso, independentemente do ritmo da elocução em apreço. Acontece com as vogais [a] e [u] que, ao fundirem, dão origem à vogal [ɔ], tal como se regista noutras línguas – nomeadamente em inglês (e.g. Paul, fault, etc.).

Em teoria, os elementos de composição da vogal [ɔ] são efectivamente o A e o U (cf. Kaye, Lowenstamm e Vergnaud, 1985). Não surpreende, por isso, que a vogal [ɔ] se obtenha a partir da fusão das outras duas vogais em contacto⁵. A vogal [a], por seu lado, aparece-nos como resultado da fusão de dois [e]s em contacto. Sendo a vogal [a] mais forte do que a vogal [e] (em termos da sua composição fonológica), explica-se por que razão dois [e]s possam dar origem a um [a]. Aliás, a história da língua apresenta-nos múltiplos exemplos da mesma reacção vocálica, como é o caso na palavra *padeiro* (do lat. *panatariu*), cuja vogal átona tem um valor de tónica em virtude do reforço vocálico⁶ resultante das vogais em contacto após a queda da consoante, o que vem corroborar o que anteriormente foi dito.

No estado actual da língua verifica-se que qualquer falante culto pronunciará correntemente as formas contraídas ó em vez de *a+o*, pró em vez de *para o*, prá em vez de *para a*⁷ e à em vez de *a+a*, como se pode observar nos exemplos que se seguem:

(1) Vou o Porto	e não (ou raramente)	(1.a) Vou aw Porto
(2) Vou o cinema	e não (ou raramente)	(2.a) Vou aw cinema
(3) São vinte pras cinco	e não (ou raramente)	(3.a) São vinte para as cinco
(4) Minhamiga	e não (ou raramente)	(4.a) Minha amiga
(5) Doraora	e não (ou raramente)	(5.a) De hora a hora

⁵ Em Português, a fusão destas vogais obedece a parâmetros diferentes daquela que se verifica no Inglês.

⁶ Idêntico fenómeno pode ser observado na palavra *corar* (do lat. *colorare*), por exemplo, como resultado da queda da consoante intervocálica.

⁷ Estudos levados a cabo por Fonseca e Castro (1993) demonstraram que as fusões de sons não se relacionam com a literacia.

Note-se que a fusão de dois [v]s já está consagrada na escrita quando resulta do encontro da preposição com o artigo: *a+a = à*. O mesmo ainda não ocorreu com o *o* resultante de *a+o*, cuja ortografia não se encontra registada; i.e., *pró* é um erro ortográfico.

Na oralidade, observam-se ainda casos isolados⁸ de síncopes causadas pelo uso, como seja a da primeira vogal [v] em *para*. O uso desta forma abreviada consagrou-a na língua, de tal modo que nos soa melhor a pronúncia da forma sincopada do que a forma fonética integral, como está exemplificado em (6).

(6) Tenho *p'ra* mim e não (ou raramente) (6.a) Tenho *para* mim.

Convém distinguir estas formas de outras formas reduzidas, igualmente frequentes, do português corrente, pela inaceitabilidade das mesmas num contexto formal de fala. Assim, formas como por exemplo

(7) Tá	em vez de	Está
(8) Tou	em vez de	Estou
(9) Nã	em vez de	Não
(10) Vout'dzer	em vez de	Vou-te dizer

são formas que, embora ocorram em registos mais informais, como seja nalguns comentários de futebol, não são bem toleradas pela generalidade dos falantes.

6. A percepção

No uso da linguagem entram em acção não só a gramática e a pragmática mas também um conjunto de mecanismos perceptivos que filtram a inteligibilidade das mensagens linguísticas. As experiências levadas a cabo no campo do processamento da fala têm revelado que existe uma diferença assinalável entre aquilo que é a realidade física dos sons e aquilo que é interpretado pelos falantes. Por esse motivo, tem-se feito a distinção entre recepção e percepção de sons, já que a matéria acústica que é recebida pelo ouvido e aquilo que é processado no cérebro não são cópias exactas uma da outra. A esse respeito, Fry (1976) afirma que "a descodificação da fala baseia-se no reconhecimento de padrões" p.36. A sua tese é a de que o ouvinte reconhece as palavras baseando-se em pistas acústicas que tem interiorizadas, relativamente à forma das palavras e às possibilidades combinatórias dos sons, e não propriamente através do reconhecimento individual dos segmentos fónicos e que o processamento da informação se faz de acordo com esses padrões.

Dito de outra forma, o aspecto acústico de uma palavra não exige nem por parte do emissor nem por parte do receptor uma forma fonética integral, visto que aquilo que o

⁸ Note-se que a supressão da vogal *a* não é sistemática.

cérebro processa não é necessariamente igual à realidade física da linguagem. Não é necessário identificar cada som para que a palavra seja reconhecida. As experiências realizadas por Fry (1976) neste campo indicam que os ouvintes reconhecem as palavras, apesar de serem pronunciadas distintamente por falantes diferentes, porque confiam em pistas acústicas baseadas em valores relativos. No discurso, o que verdadeiramente conta é o significado e não os sons. Essa é também a convicção de Clark & Clark (1977) quando fazem a afirmação seguinte: “people listen for the message, not the sounds”p.210.

Independentemente dos processos cognitivos subjacentes à interpretação de uma mensagem oral, o que importa salientar é que a opinião dos falantes não é fiável por não traduzir a realidade fonética das palavras. Uma coisa é aquilo que se pronuncia; outra coisa é aquilo que se julga pronunciar. Por exemplo, as supressões vocálicas nem sempre são reconhecidas pelos falantes. Quando confrontados com determinadas formas de uso espontâneo na fala, estes têm dificuldade em reconhecer o seu uso, refugiando-se quase sempre nas formas escritas, quando afirmam pronunciar integralmente os sons de cada palavra.

O que é demonstrável é que a ortografia tem uma grande influência na percepção das palavras. Ensaio levado a cabo com estudantes universitários⁹ têm revelado que as formas gráficas constituem uma referência indiscutível na língua. Por exemplo, quando lhes perguntarmos qual é o número das vogais portuguesas, respondem com toda a convicção que são cinco – as que se usam na escrita –, embora reconheçam o valor distintivo de um número superior de segmentos, quando confrontados com exemplos da língua. Com a mesma segurança, são capazes de afirmar que a primeira vogal da palavra *exemplo* é um [e] e não um [i]. Resultados como estes são um bom indicador de que a percepção da fala não coincide com a realidade acústica. Há, de facto, uma distância entre o que pronunciamos e o que julgamos pronunciar. Consequentemente, as opiniões sobre aquilo que é correcto ou aquilo que não é correcto na fala, do ponto de vista normativo, não podem assentar nos pressupostos dos falantes acerca da pronúncia das palavras mas sim na realidade física da sua própria pronúncia.

7. O ensino do Português falado

Existe um consenso generalizado relativamente ao modelo a ensinar nas escolas – a norma culta. Mas se norma for a forma como as pessoas cultas efectivamente se expressam e não os seus julgamentos acerca da língua que falam, então as supressões e as fusões a que fiz referência fazem parte dessa norma.

As gramáticas portuguesas, não sendo gramáticas do português falado¹⁰, são muito

⁹ Esta experiência foi realizada por mim, na Universidade dos Açores, com alunos que frequentavam o 2.º ano dos Cursos de Português/Inglês e de Português/Francês.

¹⁰ Convém referir que a Gramática do Português Culto Falado no Brasil não poderá servir para explicar o Português Europeu no concerne à fonologia devido ao facto de as variedades brasileira e portuguesa se pautarem por fonologias diferentes.

omissas relativamente às características da variedade normalizada da língua falada. Talvez porque os estudos linguísticos nesta área ainda não tenham adquirido o estatuto que lhes é devido. No passado, recomendava-se que não se pronunciasse *ministro* e *vizinho* com os dois *is*, uma vez que estas palavras deveriam ser pronunciadas na sua forma dissimilada, isto é, *m(e)nistro* e *v(e)zinho*. Mas, para além deste par de exemplos, pouco acrescentavam sobre todas as outras “dissimilações” da mesma natureza, como sejam *m(e)litar*, *m(e)decina* ou *v(e)sib(e)lidade*. É provável que esta ausência de discussão dos problemas da língua falada também tenha vindo a condicionar a opinião dos falantes relativamente àquilo que deva ser uma pronúncia correcta.

A questão que se coloca é saber se a maneira corrente de pronunciar as palavras, com todas as supressões e alterações fónicas que aqui mencionei e que servem de “input” aos aprendizes da nossa língua, deve ou não ser integrada no seu ensino. Que critérios devem ser tidos em conta para que efectivamente se ensine a variedade tacitamente aceite por aqueles que se expressam com correcção? Este é um desafio que se coloca a qualquer professor e uma questão que interessa resolver. O ensino do português, quer como língua estrangeira, quer como língua materna tem que assentar em pressupostos colectivamente aceites relativamente àquilo que, em obediência à norma culta, é a pronúncia correcta das palavras.

8. Conclusão

De tudo o que foi exposto até aqui é de salientar que, ao nível da fala, concorrem supressões e fusões de sons, sistematizados por uma gramática da fala que lhes está subjacente. As supressões padronizadas do português europeu encontram-se estabilizadas e normalizadas na língua, contrastando com supressões esporádicas, indicadoras de erro. Para além disso, a língua portuguesa apresenta fusões de sons em contacto, à semelhança de outras línguas, tal como o inglês, que se explicam no âmbito de uma gramática universal.

Tanto as supressões como as fusões ocorrem na expressão oral dos falantes cultos da língua portuguesa, pese embora o facto de o grau de consciência dessas formas fonéticas estar relativizado pela forma escrita das palavras. É interessante verificar que há um desfaseamento entre o que é a realidade acústica da fala e aquilo que os falantes admitem pronunciar, i.e., a escrita condiciona as convicções dos falantes relativamente àquilo que julgam ser a pronúncia correcta dos sons.

Dado que as gramáticas do português são pecaminosamente omissas no que se refere à gramática da fala, é preciso reunir consensos sobre a norma culta na fala, de forma a salvar o ensino do português.

Referências Bibliográficas

- AKMAJIAN, Adrian. *et alii* (2001) *Linguistics: an introduction to language and communication*. Cambridge: The MIT Press, 5.^a Ed.
- BATORÉO, Hanna (2000) *Expressão do espaço no português europeu*. Lisboa: FCG, FCT e MCT.
- BUTTERWORTH, Brian (ed.) (1980) *Language production 1*. London: Academic Press.
- BYBEE, Joan (2001) *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CASTRO, Ivo (2002) O linguista e a fixação da norma. *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, pp.11-24.
- CASTRO, M. São Luís (1992) *Alfabetização e percepção da fala*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- CHAMBERS, J. K. & Peter Trudgill (1980) *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2.^a Ed.
- CLARK, Herbert & Eve Clark (1977) *Psychology and language*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Publishers.
- CUNHA, Celso e Lindley Cintra (1984) *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- FISCHER, Glória *et al.* (1990) *Didáctica das línguas estrangeiras*. Lisboa: Universidade Aberta.
- FISCHMAN, Joshua (1977) *Readings in the sociology of language*. The Hague: Mouton.
- FRY, D. B. (1976) "Recepção e percepção da fala" In John Lyons *Novos horizontes em linguística*. São Paulo: Editora Cultrix, pp. 29-50.
- GAMARDI, J. (1983) *Introdução à sociolinguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- KAYE, Jonathan, Jean Lowenstamm & Jean-Roger Vergnaud (1985) The internal structure of phonological elements: a theory of charm and government. *Phonology Yearbook* 2, pp. 305-328.
- MIGUEL, Maria Augusta (1993) *Os padrões e as alternâncias vocálicas no português europeu*. Dissertação de doutoramento, Universidade dos Açores.
- (2003) Regência de núcleos vazios. In Ivo Castro e Inês Duarte (orgs.) *Razões e emoção* 2. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, pp.73-94.
- PERES, João e Telmo Mória (1995) *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- SAUSSURE, Ferdinand (1978) *Curso de linguística geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 4.^a Ed.
- VILELA, Mário (1999) *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2.^a Ed.